



## Grupos de gastronomia incubados pelo NUDESE em cantinas da FURG

PIRES, Maria Cristina<sup>1</sup>;  
PERIUS, Dóris Back;  
NOBRE, Lucia Regina;  
ADAMOLI, Rayssa;  
MORALLES, Flávia da Rosa;  
CUNHA, Lais Brum;  
PIOLI, Tawane Silveira;  
FARIAS, Miriane Sampaio

### RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

#### GT 1 - Economia Solidária, Cooperativismo, Autogestão e Trabalho Associado

##### Resumo

A Economia Solidária tem se consolidado como alternativa ao modelo capitalista, promovendo trabalho coletivo, inclusão social e desenvolvimento local. Nesse cenário, a INTECOOP/FURG, por meio do NUDESE, incubou grupos de mulheres que, inicialmente ligadas ao artesanato, migraram para a gastronomia, constituindo coletivos como Deguste, Delícias Solidárias e, mais recentemente, o Bangalô Café Cultural. O processo envolve capacitações técnicas, formações em gestão, comercialização e boas práticas de fabricação, impactando diretamente na renda e na autonomia das integrantes. Essa experiência configurou-se como prática de autogestão e cooperação, inserindo a universidade como espaço de apoio à Economia Solidária. Apesar dos desafios, como a rotatividade de participantes e limites legais, os grupos tornaram-se referência em inovação social, contribuindo para a efetivação da Política de Tecnociência Solidária na FURG.

Palavras-chave: Incubadoras; Economia Solidária; Trabalho coletivo; Tecnociência Solidária.

##### Contexto

A Economia Solidária vem adquirindo uma crescente relevância no cenário nacional, configurando-se como um eixo central no debate sobre alternativas de organização dos processos produtivos. Nesse contexto, o Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, elaborou o *Termo de Referência em Economia Solidária* (BRASIL, 2005), no qual se reconhece a importância dos empreendimentos solidários

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande - FURG



Solidária tem se constituído em um processo de organização social e econômica dos(as) trabalhadores(as) na geração de trabalho, renda e inclusão social, bem como no desenvolvimento local, por meio da articulação de redes de cooperação” (BRASIL, 2005, p. 6).

Nesse cenário, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - INTECOOP da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, no município de Rio Grande/RS tem desempenhado papel fundamental desde sua criação em 2003. A partir de suas ações, foram desenvolvidas atividades de incubação e pós-incubação junto a grupos formais — como associações e cooperativas — e informais, compostos por homens e mulheres que, a partir de suas especificidades, experiências e formas de organização do trabalho, buscam a realização pessoal e profissional em consonância com o desenvolvimento coletivo, em oposição à lógica individualista.

### Descrição da Experiência

Com o objetivo de fortalecer essa proposta de uma nova economia, o Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico - NUDESE, por meio da INTECOOP, iniciou o processo de incubação de um grupo de mulheres que faziam artesanato e participavam do Fórum Microrregional de Economia Solidária do município do Rio Grande/RS, e começaram a ressignificar suas práticas e percepções, desenvolvendo uma nova visão de si mesmas e de sua inserção social e produtiva na área da gastronomia.

O projeto tem como objetivo geral fortalecer o desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários por meio da qualificação da produção, da comercialização e da formação continuada. De forma mais específica, busca: (1) prestar assessoria, apoio técnico e acompanhamento sistemático aos empreendimentos atendidos; (2) promover a participação de acadêmicos em vivências que possibilitem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; (3) oferecer capacitação aos Empreendimentos Econômicos Solidários em suas áreas de atuação específicas; (4) desenvolver ações de formação voltadas à gestão; (5) potencializar a comercialização, tanto em espaços no interior do campus quanto em outros locais viabilizados pelo projeto; e (6) realizar a divulgação do trabalho produzido, articulando os resultados a partir da integração entre conhecimento científico e saberes populares.

No contexto descrito, essas mulheres iniciaram a formação de um grupo informal, caracterizado por relações singulares, sustentadas em suas qualidades pessoais e profissionais no campo da gastronomia. A partir dessa interação, passaram a unir esforços e estabelecer um diálogo diferenciado, pautado na cooperação e na valorização mútua de suas habilidades.

O trabalho com o grupo teve início a partir da atuação da Incubadora, que identificou a necessidade de capacitar as mulheres envolvidas com a gastronomia. Antes desse processo, elas já participavam de eventos promovidos pela universidade, como a Mostra de Produção Universitária, realizada anualmente, embora apenas na condição de prestadoras de serviços. Nessas ocasiões, atendiam a demandas específicas, como



oferta bolachinhas e café à comunidade acadêmica, mas sem uma organização coletiva e sem produção própria.

Sob a lógica do trabalho coletivo e à luz dos princípios da Economia Popular Solidária, foi possível identificar um potencial significativo para a geração de trabalho e renda, o que impulsionou a constituição de um coletivo voltado à gastronomia. Conforme Singer (2002), a Economia Solidária se organiza a partir de práticas coletivas que visam democratizar o acesso ao trabalho e à renda, colocando a cooperação em lugar da competição. Nessa mesma perspectiva, Gaiger (2003) destaca que a valorização do trabalho associado e a autogestão promovem novas formas de inclusão social.

A partir desse ponto, as mulheres participaram de diversas oficinas de capacitação, abrangendo áreas de produção e de planejamento, com a finalidade de estruturar o trabalho coletivo. Foram incentivadas a aprimorar a elaboração de salgados e doces, elevando a qualidade dos serviços oferecidos e consolidando a organização como um Empreendimento Econômico Solidário.

Segundo o Ministério da Saúde, uma alimentação adequada e equilibrada é essencial para a manutenção da saúde e está intrinsecamente ligada ao bem-estar da população, sendo considerada um direito humano fundamental. Nesse sentido, o órgão regulador estabelece normas como a RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que institui o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação com o objetivo de proteger a saúde da população (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2004).

Com base nessa premissa, todas as participantes foram submetidas a um curso de boas práticas de fabricação, que contemplou temas como higiene, manipulação e padronização de alimentos. Cada uma foi orientada a realizar controles de qualidade prévios, considerando aspectos como quantidade servida, tamanho, coloração, tipo de embalagem apropriado para cada produto, além dos processos de acondicionamento e rotulagem.

Adicionalmente, foram realizadas visitas às cozinhas domiciliares de cada integrante para verificar as condições reais de produção. No que se refere a práticas higiênicas-sanitárias, é fundamental que os manipuladores de alimentos estejam conscientes da responsabilidade que possuem em relação à segurança dos alimentos e à saúde dos consumidores.

Foram realizadas reuniões semanais com a finalidade de discutir dúvidas surgidas ao longo dos cursos, abordando questões como transporte dos alimentos até os locais de comercialização, oferta de produtos por parte de cada integrante, prazos de validade, quantidades, tamanhos, coloração, rotulagem, apresentação visual, entre outros.

As integrantes do grupo também participaram de formação voltada ao atendimento ao cliente, e foram estabelecidas escalas de trabalho que garantissem a participação de todas as mulheres em todas as atividades do empreendimento, esse percurso caracterizou-se por um acompanhamento contínuo da assessoria da INTECOOP, centrado na gestão do grupo.

Ao longo do ano de 2010, o grupo atuou em duas modalidades principais de eventos: *coffee break* e bar. Nos *coffee breaks*, o atendimento era planejado e estruturado, com contratos específicos firmados para cada evento. Por outro lado, o serviço de bar operava de maneira mais flexível, sem contratos formais, estando disponível ao público em geral.



No âmbito da gestão, foram desenvolvidas atividades voltadas à formação de preços, cálculo de custos e controle de caixa, incluindo diversos ensaios para a elaboração de uma planilha financeira adequada à realidade do grupo e aos seus custos operacionais. Essas iniciativas culminaram na formação do Grupo Deguste, representando um marco relevante no processo de profissionalização e organização do coletivo. A formalização do grupo e a escolha de um nome próprio constituíram passos decisivos para consolidar sua identidade e atuação, refletindo o amadurecimento das integrantes e a consolidação da proposta de trabalho coletivo. Com o tempo, surgiram novas oportunidades de comercialização dentro da universidade. Contudo, o Grupo Deguste encerrou suas atividades em virtude do falecimento de uma integrante e da aposentadoria de outra, fatores que comprometeram a continuidade do coletivo.

Apesar dessas dificuldades, a proposta foi reinventada, dando origem a um novo grupo, denominado Delícias Solidárias, que manteve os mesmos princípios de atuação pautados na Economia Popular Solidária. Esse novo coletivo teve a oportunidade de participar de edições subsequentes da Feira do Livro da FURG e de estabelecer parcerias com diferentes espaços da universidade, assegurando a continuidade da experiência de trabalho coletivo e solidário.

No auge do projeto, o grupo era composto por seis mulheres, para as quais essa atividade coletiva representava a única ou principal fonte de renda familiar. Nesse período, o coletivo contava com três pontos fixos de comercialização no Campus Carreiros: no Café Cultural, no Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro - CIDEC Sul e na lancheria do Pavilhão 05. Além disso, os produtos também eram comercializados na Plataforma Cirandas, do Armazém da Economia Popular Solidária, e, eventualmente, o grupo realizava *coffee breaks* ou produzia alimentos para eventos universitários, como as Feiras do Livro, essas feiras se destacaram como principal espaço de divulgação do grupo.

A participação nesses eventos foi crucial para o crescimento do empreendimento, gerando impacto positivo na renda das integrantes. O aumento na receita possibilitou investimentos em pequenos equipamentos e proporcionou maior estabilidade econômica para as participantes.

Considerando as limitações impostas pelo marco legal do cooperativismo, o grupo estruturou-se de forma híbrida. Apesar de manter uma organização orientada pelos interesses coletivos, tornou-se necessário que todas as integrantes se registrassem como Microempreendedoras Individuais - MEI, condição que assegurou tanto o acesso à seguridade social quanto a possibilidade de emissão de notas fiscais.

As integrantes do Grupo Delícias Solidárias obtiveram êxito na autogestão do empreendimento, assumindo a administração e o controle da produção. Os resultados alcançados tornaram-se referência para outros empreendimentos, bem como objeto de estudos acadêmicos voltados à dinâmica dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Entretanto, apesar do sucesso alcançado, o grupo precisou encerrar suas atividades, uma vez que a FURG possui limitação legal para contratos com prazo máximo de cinco anos. Embora tenha recebido orientação da assessoria para a fase de pós-incubação, não houve interesse em dar continuidade ao projeto em razão de dificuldades de relacionamento interno.



Nesse contexto, foi iniciado o processo de formação de um novo grupo, viabilizado por meio de chamada pública e posterior curso de formação. Inicialmente, foram selecionadas duas integrantes, que optaram pela denominação Grupo Bangalô Café Cultural. Em novembro de 2023, o coletivo passou a ocupar o espaço físico anteriormente utilizado pelo grupo Delícias Solidárias, no quiosque localizado em frente ao Centro de Convivências- CC, configurando-se como continuidade e, ao mesmo tempo, renovação das experiências de Economia Solidária com a comunidade.

Cabe salientar que a incubação dos diversos grupos, aqui relatado, se fundamenta em uma base metodológica sustentada pelas tecnologias sociais. Estas se configuram como um conjunto de técnicas, metodologias e processos construídos em interação com a comunidade, orientados para a resolução de problemas sociais e para a promoção da inclusão e da cidadania. Diferenciam-se das tecnologias convencionais por privilegiarem a apropriação coletiva, a simplicidade dos processos, o baixo custo e a sustentabilidade socioambiental (DAGNINO, 2014).

No entanto, a aplicação dessa metodologia não ocorre de forma homogênea, mas sim adaptada às especificidades de cada grupo incubado. Entre os grupos de mulheres vinculados à Economia Solidária, por exemplo, a tecnologia social manifesta-se em processos de fortalecimento da autogestão e da geração de renda, valorizando a gastronomia, o artesanato e outras atividades produtivas que possibilitam autonomia financeira e empoderamento social. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

## Resultados

Durante esse período, observa-se o fortalecimento do interesse institucional da Universidade em implementar a Resolução nº 026/2019 do Conselho Universitário, de 06 de dezembro, que dispõe sobre a Política de Inovação e de Tecnociência Solidária. Entretanto, sua efetivação foi desacelerada em decorrência da pandemia da COVID-19. O Artigo 16 da referida Resolução estabelece, além de outras prerrogativas a cedência do uso de imóveis para a instalação e consolidação de empreendimentos da Economia Solidária.

Segundo Dagnino (2019, p. 18), a *Tecnociência Solidária* refere-se ao conhecimento produzido coletivamente em processos de trabalho orientados pela propriedade coletiva dos meios de produção e pelo associativismo, resultando em práticas de autogestão, cooperação voluntária e participação social. Nesse contexto, o produto gerado é transformado e o ganho material pode ser apropriado conforme a decisão do coletivo, configurando-se como um empreendimento solidário.

Com a efetivação dessa política no campus, foi disponibilizado ao grupo um espaço físico localizado em um bar do CC, o qual apresenta infraestrutura para produção e comércio no mesmo ambiente. Desde março de 2024, o coletivo vem desenvolvendo suas atividades nesse local, que compartilha o atendimento à comunidade universitária com outros dois bares de comércio convencional em funcionamento no mesmo espaço. Cabe salientar que o início de empreendimento dessa natureza constitui uma etapa particularmente desafiadora, uma vez que se trata de uma experiência inédita para os/as integrantes. Nesse sentido, a Economia Solidária se configura como uma proposta inovadora, que demanda aprendizado coletivo e



reconfiguração de práticas produtivas e organizacionais daqueles que passam a integrar o processo.

### Considerações Finais

Entendemos que o NUDESE, enquanto núcleo de extensão ao atuar dentro dos pressupostos da Economia Popular Solidária, tem contribuído para o desenvolvimento de outras relações de trabalho, diferentes das estabelecidas pelo modo de produção capitalista. A Economia Popular Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário, fundamentada na organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras, tem a possibilidade de contribuir com o processo de empoderamento destes, na medida em que busca a melhoria da qualidade de vida por meio do trabalho associado, cooperativado ou em grupos informais como uma forma de combater as desigualdades impostas pelo modo de produção capitalista, possibilitando, assim, o desenvolvimento de outro modo de produzir, consumir e de pensar as relações entre as pessoas.

### Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Resolução RDC n.º 216, de 15 de setembro de 2004**. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 set. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação adequada e saudável**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Termo de referência em economia solidária**. Brasília, DF: MTE, 2005.

BRASIL. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. **Resolução n.º 026, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a Política de Inovação e de Tecnociência Solidária e dá outras providências. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/arquivos/consun-deliberacoes/2019/02619.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, p. 27-38, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.